



Documento de Posição da Sociedade Civil para a XIXª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento Provincial da Zambézia

Quelimane, 29 de Maio de 2023

- Sua Excelência Senhor Governador da Província da Zambézia
- Sua Excelência, Secretária do Conselho de Representação do Estado na Província da Zambézia
- Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Judicial Provincial
- Venerando Procurador Provincial da PGR
- Meritíssimo Juiz do Tribunal Administrativo
- Senhor Presidente da Assembleia Provincial
- Senhores Membros do CEP e da CSRE
- Senhores Administradores Distritais
- Senhores Presidentes dos Conselhos Autárquicos
- Senhores Representantes do Sector Privado
- Distintos Convidados
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

- Permitam-me em nome da SC cumprimentar a todos intendentes da Província da Zambézia, pelo esforço que têm empreendido na execução das suas actividades. São visíveis os desafios enfrentados, por isso nota-se o empenho revelado na elaboração dos Balanços 2022, facto que tem facilitado a SC produzir o seu documento de posição, apesar das dificuldades que se tem deparado.
- Todavia, importa referir que as situações anormais são ainda visíveis, no que tange a corrupção nos sectores da PRM-(transito e marinha), educação, saúde, Obras públicas e indústria extractiva só para citar alguns.

Introdução

- O presente documento à XIXª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento da Zambézia foi baseado a partir duma profunda auscultação e contribuição da Sociedade Civil como tem sido a lógica após o encontro de preparação.
- Nesta sessão do ano, referente ao balanço de 2022 do primeiro semestre, a SC traz uma abordagem fundamentada na monitoria dos serviços públicos nas áreas de interesse dos cidadãos olhando para os progressos registados e os desafios actuais da província. É importante dizer que esta análise é mais focada ao CEP. Em relação aos Serviços de Representação, na qualidade de convidados a far-se-á a análise das grandes realizações.

METODOLOGIA

Para a produção do presente documento baseou-se na pesquisa documental (PESOP, PQG do CEP e relatórios de auditoria social) e auscultação de vários actores que interveem ao nível das comunidades.

Além dos documentos já referenciados, foi feita a consulta dos documentos dos parceiros da SC de modo a capitalizar a recolha de evidências e percepções no terreno com vista a apurar os progressos, independentemente dos relatórios oficiais já produzidos.

Para a integração das contribuições, houve encontros técnicos participativos preparatórios, entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC), agrupadas na plataforma G20-Zambézia.

Cont.

A análise do Desempenho do Governo e feita no âmbito do seu Balanço Anual do PESOP referente ao ano 2022. Para o efeito apresenta a seguinte estrutura:

- Situação de Resposta a emergência;
- Educação e Desenvolvimento Humano;
- Saúde;
- Água e Saneamento;
- Indústria extractiva;
- Terra, Ambiente e desenvolvimento Rural;
- Agricultura e Segurança Alimentar;
- Infraestruturas económicas e sociais;
- Considerações Finais.

Sector de Educação e Desenvolvimento Humano

A SC, não deixa de saudar como de sempre o esforço do sector de Educação e Desenvolvimento Humano. Apesar dos actuais resultados que influênciam os outros sectores de trabalho, há desafios que lhes são colocados tais como a qualidade da educação decorrente do absentismo de professores com maior destaque nos distritos, como uma situação crónica; esquemas de corrupção que ocorrem na província.

A título de exemplo muitas escolas que receberam o ADE (Apoio Direito a Escola) o seu impacto directo na vida das crianças vulneráveis não é visível, o que desvia a lógica da iniciativa.

Cont.

- A SC sugere ao sector da Educação que reveja a questão das indicações de gestores de modo a cumprirem as suas obrigações de reais gestores de forma a reduzir o absentismo e a corrupção para que tenhamos uma educação sã e justa segundo os anseios das comunidades.
- A SC chama atenção aos gestores do distrito de Quelimane que ocorrem situações não abonatórias encenadas pelos SDEJT na obrigação de escolas a terem que violar normas escolares e viciação de resultados. Em Mocuba é visível cobranças aos funcionários quando recorrem aos SDEJT para tratarem documentos que lhes dizem respeito.
- Por se tratar do Observatório do primeiro semestre a SC não traz dados apenas faz uma análise superficial ciente de que as constatações apresentadas sejam um elemento de reflexão.

Cont.

- A construção e reabilitação de infraestruturas escolares é contínuo. O actual Balanço não menciona o estágio actual das escolas convencionais e precárias tendo em conta a situação de vulnerabilidade, visto que houve a ocorrência de ciclones e depressões tropicais (Ana e Gombe) afectando a regularidade de funcionamento de algumas escolas. Este ano mais uma vez a província foi fustigada pela depressão FREEDY. A não apresentação dum quadro elucidativo não permite que a SC faça o acompanhamento dos danos causados pelos eventos climáticos, assim como a avaliação do grau de intervenção.

Sector de saúde

O sector de Saúde constitui a base da vida do Povo, ou seja, o recurso da saúde das comunidades.

A SC enobrece os esforços que o governo tem envidado para garantir uma sociedade saudável ao nível desta província que se resume em diversos trabalhos com foco na prestação de serviços de qualidade tais como prevenção, controlo de doenças e empoderamento das comunidades para a sensibilização, mobilização à aderência ao tratamento de várias doenças.

Cont.

- A SC, esta preocupada com a situação do mau atendimento no Hospital Central espaço que deveria ser considerado como referência, actualmente apresenta problemas relacionados com falta de higiene nas casas de banho, barata nas camas dos pacientes, escassez de água potável. O mesmo cenário já se faz sentir no Hospital Geral. A título de exemplo, no Hospital Geral de Quelimane, um doente morreu dentro da ambulância na porta do Banco de Socorro, porque a equipa de serviço estava a lanchar.
- Mais uma vez a SC esta preocupada com o fraco atendimento à população-chave (pessoas vivendo com HIV, pessoas com deficiência, LGBT entre outras) na implementação das políticas públicas.

Questões decorrentes

A SC deseja saber as razões do incremento de índice de desnutrição crónica no seio das crianças olhando que ha novas tendências das mesmas sofrerem de obesidade. Ainda neste balanço continua sem um indicador sobre o actual estágio de pessoas com diabetes e o nível do cumprimento das políticas ligadas a este grupo alvo.

Face a rotura de fármacos nas unidades incluindo os hospitais de referencia, SC sugere que haja um mecanismo seguro de gestão e controlo baseado na selagem específica dos fármacos do SNS, porque acompanha situações de desaparecimento sem explicação de medicamentos e materiais de uso hospitalar. É notório verificar, concretamente no Hospital Geral e os diversos Centros de Saúde a falta de aparelhos de medição de Tensão arterial reconhecendo que nos dias que correm muitas pessoas padecem dessa enfermidade.

Questões decorrentes

Em relação às i) Infraestruturas e Equipamentos hospitalar, ii) Disponibilidade e acesso aos medicamentos, Humanização dos Serviços de saúde continuam os desafios no alcance das metas. Da análise e monitoria feita pela SC, constatou-se que para alguns distritos, dois médicos está para mais de 148.000 habitantes e uma média de 60.000 por Unidade Sanitária.

Fonte: Governo do Distrito de Mocubela.

O Distrito de Pebane, no Centro de Saúde de Maganha, que serve uma população de 36.000 habitantes, 3 vezes acima da capacidade, apenas tem 6 profissionais de saúde e com duas 2 camas de maternidade, factor que propicia o mau atendimento e rotura de medicamentos. **Fonte: Comunidade Local.**

Género, Criança e acção social

- A SC esta preocupada com falta de informação de canalização dos subsídios aos beneficiários e outros benefícios aos membros da ADEMO e da AJUDEMO concretamente atenção as raparigas e mulheres da cidade de Quelimane porque as pessoas focadas não tiveram acesso segundo os membros da associações citadas.

ÁGUA e SANEAMENTO

- A SC prestigia as sinergias do desempenho CEP, em declarar algumas comunidades livres de feacismo ao céu aberto. Esta pratica deve ser replicada noutras comunidades da provincia.
- Mais uma vez continuamos a reportar em todas as sessões dos observatórios que água e um liquido precioso que deve ser preservado e distribuido de forma regular. Mas constata-se que ainda há problemas enormes em relação a taxa de cobertura em todos os distritos. Actualmente virou moda a FIPAG emitir factura de pagamento de água enquanto não sai ou sai uma vez por mês. A outra preocupação relaciona-se com a emissão de factura com aumento de metros cúbicos que contraria o valor de consumo domestico.
- A SC louva esse crescimento. Contudo sugere que se observe a pouca população consumidora deste precioso liquido e não sofra taxas elevadas sem acesso da mesma, propiciando o nivel de corrupção neste sector. A SC sugere que se faça a instalação de contadores sistema pre-pago como acontece com a electricidade, numa primeira fase de acordo com a disposicao do cliente. A titulo de exemplo a cidade de Quelimane já se usa na Brisa em frente do Hospital Geral e na cidade de Nampula esta a usar esse tipo de sistema e nada se ouve de reclamações De igual modo o FIPAG deveria trabalhar em parceria com as organizações da SC no esclarecimento dos procedimentos de leitura do consumo de água de modo a evitar más interpretações.

Indústria Extractiva

- No que tange a Industria Extractiva, resultante da política de actividades económicas, a SC tem acompanhado inúmeros conflitos entre as empresas mineradoras e as comunidades, assunto que tem vindo a reportar nas sessões anteriores e outros fóruns. Importa realçar que as motivações desses conflitos não deveriam existir reconhecendo que existe legislação para o efeito, tais como leis, decretos, resoluções, circulares e outras atinentes à política de reassentamento e benefícios de responsabilidade social.
- No âmbito de alocação dos actuais 10% definidos para as comunidades afectadas pela exploração, a SC sugere que as acções inerentes a esse valor devem ocorrer nas comunidades e não nas sedes dos distritos como actualmente acontece em alguns distritos, assim como a interpretação das políticas no terreno deve ser da responsabilidade dos chefes dos departamentos e não das empresas. Por exemplo o distrito de Chinde e Inhassunge as famílias reassentadas ainda não têm DUAT

Cont.

- Ainda no distrito de Chinde, a empresa comprou uma viatura particular para o chefe da localidade de Micaune a partir dos fundos de responsabilidade social a revelar da vontade da comunidade beneficiária. Pela fraca fiscalização, nos distritos acima citados, muitas casas dos bairros de reassentamento ainda continuam com problemas de fissuras sem nenhuma intervenção da empresa.
- Pelo mau comportamento do actual director da empresa TAZZETA RESOURCE a SC pede aos dois órgãos de governação descentralizada de forma urgente pressionar o director atrás citado a respeitar o Governo do distrito de Pebane, as comunidades afectadas, a SC local no cumprimento das normas e as diversas leis a governação distrital com maior destaque a indústria extractiva.
- Depois que tipo de actividade de sustentabilidade as comunidades impactadas estão a desenvolver.
- SC louva o Governo do distrito de Inhassunge pela mediação feita entre a comunidade da Ilha de Olinda e a empresa porque já se nota um dialogo harmonioso.

Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Como foi anteriormente dito pela SC no anterior Observatório pela aprovação de novas ferramentas sobre autorização e licenciamento do processo de exploração de madeira e seu processamento, que hoje é raro encontrar camiões em circulação de forma desmotivacional. Todavia ainda continua a se registar o atraso de alocação dos 20% facto que deixa as comunidades agastadas e constituir reclamações constantes dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais a exemplo do distrito de Lugela.

- Constatou ainda que o presente balanço do PES não é muito exaustivo e omite algumas informações dos projectos, SUSTENTA, achadas relevantes que deviriam ser aforadas no documento. A SC quer saber quantos jovens se beneficiaram dos projetos financiados pelos FNDS com atenção para sustenta, no caso de CPJ, ADRAJUM. A SC pretende saber as motivações da exclusão de outras organizações da SC tal como a AMCELA e MMMR entre outras. Se repararmos o PES 2022 na pag. 30 podemos verificar que projectou-se para 100 PACE contrariando-se com o Balanço de 2022 na pag 47 onde mostra o não cumprimento do planificado, de igual modo não menciona os distritos beneficiários, as organizações e os PACEs beneficiados de modo a facilitar o acompanhamento.

Sector de Agricultura e Segurança Alimentar

A SC continua reconhecer o esforço que o governo tem desenvolvido de forma a garantir a segurança alimentar porque é notória a existência de muita produção nos mercados, ao longo das estradas, praticamente em quase toda a extensão da província.

Contudo vive-se a fraca intervenção como dizemos na sessão anterior a comercialização da produção agrícola nas zonas não afectadas pelos choques climáticos contrariando o discurso do Presidente da República no que tange a comercialização agrícola

Cont.

- A SC esta preocupada com o aumento acelerado do custo da lavoura pois o custo mínimos e de aproximadamente 5000,00mts facto que não permite a adesão dos camponeses dos actuais serviços.

Infra-estruturas Económicas e Sociais

Saudamos com satisfação a disponibilidade da rede eléctrica na província da Zambézia visto que todos os distritos já tem energia colocando desafios ao governo provincial em alargar para alguns postos administrativos e localidades.

No caso de distrito de Inhassunge a energia já chegou na comunidade Olinda desde 2018 faltando fazer a baixada para as comunidades uma vez que o Presidente da República, lançou a campanha em 2019", energia para todos. Esta situação deixa a SC preocupada porque não encontra uma explicação plausível.

Cont.

- Concernente as vias de acesso, a SC esta preocupada com o estagio das estradas dos distritos de Quelimane, Inhassunge, Chinde, Mocuba, Maganja da Costa, Mocubela, Mopeia, Luabo, Pebane, Gilé, Derre, situação considerada péssima em toda época do ano. A SC quer explicação do Governo provincial por que é que se notam barreiras na intervenção destas.
- O outro problema prende-se com os transportes de passageiros que passaram a circular apenas nas noites pondo em risco a vida dos utentes. A SC quer que haja uma explicação clara das motivações dessa prática.
- As populações de Inhassunge e Chinde além do problema de estrada, também clamam por um transporte fluvial condigno para garantir segurança na mobilidade de pessoas e bens de modo a evitar ocorrência de acidentes como aconteceu na visita presidencial.

Cont.

- ▶ Nesta sessão como nas outras a preocupação é a qualidade das obras (construções), a natureza de adjudicação e o abandono das mesmas porque é um fenómeno que se vive em todos os distritos pois aspectos que denotam a existência de corrupção.
- ▶ Uma monitoria conjunta principalmente nas áreas sociais constitui um mecanismo eficaz apesar de ter sido proposta a estratégia de coordenação assim como os actores a serem envolvidos a todos os níveis. A SC esta preocupada pela marginalização na execução.

Considerações finais

- A SC pretende que seja esclarecida a limitação do orçamento atribuído à Assembleia Provincial para o funcionamento e fiscalização das actividades do CEP, assim como, a fiscalização de projectos de actividades económicas na província, sendo um órgão provincial com competência ao nível da província. De igual modo a SC está indignada com a não fiscalização das actividades do Conselho dos Serviços de Representação do Estado sendo um órgão descentralizado. Estando na província o CSRE exige responsabilidade e prestação de contas das acções dos serviços realizados na província e porque não ser fiscalizado localmente?

► A SC está indignada com o alto nível de corrupção nas Autarquias com destaque a Cidade de Quelimane porque nota-se a existência de cobranças ilícitas protagonizadas pelos fiscais (dos mercados e os que velam pelas construções e viaturas pesadas que circulam dentro da cidade) e alguns membros da polícia Camarária. Deste modo a SC sugere que o órgão que supervisiona os tais visados faça um acompanhamento. Sugere também que os fiscais não devem emitir recibos porque esse é da responsabilidade da tesouraria.

► Para terminar a SC reconhece, como de sempre, o desempenho do governo na execução das suas actividades e apela para que durante a elaboração dos balanços os técnicos trabalhem criteriosamente no sentido de facilitar a divulgação ou mesmo partilha dos documentos a partir da página do Web. do governo assim como a escolha duma fonte que permita uma boa leitura do conteúdo.

► A SC, de igual modo, apela o governo local a observar as normas de conduta e chamar a atenção que nas propostas do PES, PESOD, e outros subsequentes sejam envolvidos todos os actores sociais no ciclo de planificação antes da aprovação dos órgãos fiscalizadores locais e legislativos.

► De igual modo elogia a qualidade da apresentação da matriz e síntese do observatório anterior por ter sido enquadradas as questões levantadas pela SC.

Muito Obrigado
pela atenção !